

5º CIMES 2016 - CONGRESSO DE INOVAÇÃO EM MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA A SAÚDE



Com o objetivo de discutir sobre a efetividade das políticas públicas da saúde e propor melhorias e novos caminhos para elevar a competitividade dos produtos nacionais, o 5º CIMES recebeu grandes nomes nacionais e internacionais da indústria, academia governo da área da saúde para dois dias de debates sobre a importância da inovação em equipamentos médicos e odontológicos.

Ruy Baumer, presidente do SINAEMO e coordenador do BIOBRASIL/FIESP, deu início ao evento: “A cada ano vemos sair daqui novas propostas e, principalmente, enxergamos seus resultados”, disse.

Apesar do momento de restrição fiscal e redução de investimentos públicos em pesquisa de desenvolvimento e inovação, ainda é tempo de inovar, ainda que nas questões regulatórias, segundo Marcos Vinicius de Souza, secretário de Inovação e Novos Negócios do MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Abordou o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação, que promove ações para o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico: “A ideia do marco legal é aproximar as universidades das empresas, tornando mais dinâmicos a pesquisa, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação no país, além de diminuir a burocracia nos investimentos para a área, retirando algumas inseguranças jurídicas que causavam sérios problemas no relacionamento universidade-empresa”. Souza destacou a mudança que agora permite às universidades ou centros de pesquisa negociar e gerir os acordos de exclusividade, ou transferência de tecnologia às empresas.

A diretora de inovação da ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, Maria Luiza Leal, destacou também a importância da questão regulatória. “O papel do governo é extremamente importante e nem sempre há essa percepção. Temos consciência de que existem coisas que andariam bem mais rapidamente se fossem da alçada apenas do setor privado. As novas tecnologias têm permitido mudar as formas de tratar os pacientes, e tudo isso é uma tendência que deve refletir inclusive nos equipamentos. Estamos acompanhando os movimentos de novidades em tecnologia dentro da agenda da ABDI”. Falou também da intenção da agência de se reaproximar do setor produtivo e integrar os conceitos de tecnologia e inovação ao aumento de produtividade e competitividade da indústria brasileira.

Para Leandro Pereira gerente geral de Tecnologia de Produtos para Saúde da ANVISA, discutir a inovação é necessário para um mercado bastante dinâmico como o mercado de produtos para a saúde: “Nesse contexto a Anvisa tem um papel bastante importante, pois, sabemos que os países que tem mais inovações, são os que têm uma regulação mais evoluída”. Salientou a diminuição dos prazos de registro da Agência, demanda discutida desde a primeira edição do CIMES, em 2012. “Esse é o papel da agência, que vai além da segurança da população brasileira e também tem a incumbência de desenvolver o mercado brasileiro de produtos para a saúde.”

Para Ricardo Rodrigues Fragoso, diretor geral da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, a união entre os players envolvidos é um dos princípios que regem a normalização com base na competitividade e evolução tecnologia, por isso, quando governo, pesquisadores, empresários e fabricantes se unem com um objetivo em comum, renova-se a confiança em um Brasil melhor e cheio de oportunidades.

COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL

André Limp, representando a Apex-Brasil - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, provocou os presentes a pensarem a respeito do desenvolvimento de competitividade por meio da internacionalização. “Esse desenvolvimento passa por uma mudança de paradigmas, na medida em que paramos de ver os negócios internacionais apenas como venda no exterior, para um conceito de internacionalização do negócio brasileiro”, disse. Abriu uma discussão sobre as vendas no exterior não serem apenas uma válvula de escape para o desaquecimento do mercado interno. “Quero deixar a pergunta: como é que as nossas empresas, e os grandes profissionais do setor de saúde, tendo um potencial de criação e inovação tão grande, vão transformá-lo em crescimento de negócios de forma duradoura?”

Em sua apresentação, Marcos Vinicius de Souza, do MDIC, também falou sobre iniciativas internacionais com o Programa “Cooperação Internacional em Inovação” para empresas interessadas em desenvolver projetos com Israel, França e Alemanha. A iniciativa prevê o financiamento conjunto de projetos utilizando-se de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras agências governamentais de fomento, pelo Brasil e das agências e mecanismos de incentivo e financiamento próprios de cada país parceiro, de acordo com suas leis, regras e regulações nacionais.

A Anvisa também tem voltado seus olhos para a regulação internacional. Leandro Pereira lembrou que a Agência preside o IMDRF - *International Medical Device Regulators Forum*, que reúne autoridades e técnicos em regulação de equipamentos médicos de sete países, além da União Europeia, e diversas entidades do setor. Como exemplo da preocupação com os padrões internacionais, ele usou a RDC 10/15, que regulamenta a realização de ensaios clínicos com dispositivos médicos no Brasil, primeira que é harmonizada com a norma ISO internacional.

Mauro Guimarães Junqueira, presidente do CONASEMS - Conselho Municipal de Secretarias Municipais de Saúde, procurou o apoio ao SUS - Sistema Único de Saúde. Pois relata que 150 milhões de brasileiros são usuários exclusivos do SUS e têm a sua disposição 49% de todos os recursos investidos em saúde. Os demais 50 milhões de brasileiros que estão na saúde provada tem 51% dos recursos. “Esse é um cenário que nos preocupa muito, ainda mais se levarmos em conta que, mesmo aqueles que estão na saúde provada tem direito e usam – de uma forma, ou de outra – a saúde pública.” Ele criticou severamente a PEC 241, que propõe limitar pelos próximos 20 anos o aumento dos gastos públicos de um ano à inflação do ano anterior. “As medidas propostas uma vez implementadas, representam retração de recursos financeiros no montante total de R\$654,04 bilhões nos próximos vinte anos e irá agravar ainda mais a asfixia financeira que o SUS atravessa, uma vez que o aumento do desinvestimento, do desemprego e da própria queda da renda, força ainda mais as pessoas a buscarem o SUS.”

O presidente da ABIMO, Franco Pallamolla, finalizou reiterando os avanços em cada assunto já tratados nos últimos cinco anos de evento e citou o delicado momento de redução de investimentos que vive o país: “Não podemos deixar de falar em curto prazo, na atuação situação, que leva o empresário a adotar uma agenda de cortes para sua sobrevivência e que acabam penalizando a área de investimentos, principalmente em inovação. Nosso objetivo aqui é, certamente, motivar o nossos colegas empresários a continuarem acreditando na cultura e na estratégia de inovação.”

Fonte: ABIMO

http://abimo.mktsender.net/ver_mensagem.php?id=H|892|70953|146487228432480300